



Informativo FenaPRF

Brasília, 16 a 30 de abril de 2013

Boletim nº 5

www.fenaprf.org.br

FenaPRF vai reunir sua Diretoria no mês de maio

A Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF) informou que vai reunir seus diretores no período de 13 a 17 de maio.

Os principais temas discutidos durante o encontro, serão:

- o Plano de Ação da Diretoria;
- a reforma do estatuto da FenaPRF;
- a lei orgânica do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) e a questão da progressão funcional para o Cargo de Policial Rodoviário Federal;
- adicional noturno (PEC 339/2009);
- aposentadoria do policial por atividade de risco de vida (PLP 554/2010).

Sobre a progressão funcional, a Federação informou que já tem um encontro agendado no mesmo período com a direção geral do DPRF, cujo intuito será buscar uma solução para o impasse gerado pelo coordenador geral de Recursos Humanos, Adriano Furtado, que, durante a última assembleia da FenaPRF, realizada em 19 de março, deixou claro em sua fala ser

contra à progressão por antiguidade do policial rodoviário federal e que o acordo firmado com o Governo não era

tende que tem que ser dada ênfase apenas à promoção por merecimento, ignorando a regra atual que é mais benéfica ao servidor, que também progride por antiguidade.

Jesus Caamaño, presidente da Comissão da

FenaPRF, deixou claro que "uma solução intermediária seria reciclar o servidor que não progrediu por merecimento, mas sem tirar-lhe a possibilidade de progredir por antiguidade. Porém, o DPRF não vislumbra a possibilidade da progressão por antiguidade, apenas por merecimento, e isso não podemos aceitar".

O que é o limitador de 50%

Previsto no art. 3º do Decreto nº 84669/80 este percentual permite que apenas metade dos policiais rodoviários federais progridam na carreira. Isto, além de injusto, gera muita irresignação dentro da categoria, pois, mesmo se todos ou a grande maioria dos policiais forem bem conceituados, somente a metade é que progride na carreira.

para acabar com o limitador de 50%.

A previsão de inexistência da progressão por antiguidade na minuta defendida pela Comissão do DPRF foi a principal divergência com a Comissão da FenaPRF durante os trabalhos. O DPRF en-

DPRF insiste em dificultar nomeações sub judice



O presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF), Pedro Cavalcanti, e o

presidente da Comissão Nacional dos Aprovados Sub Judice do Concurso de 2009, Luciano Leal, estiveram reunidos este mês na sede da Federação. O resultado do encontro foi a confecção e o encaminhamento pela FenaPRF de documentos solicitando urgência ao Ministro da Justiça e à direção geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) para que sejam autorizadas as nomeações de 40 candidatos sub judice, homologados como aprovados em todas as etapas do Concurso de 2009, inclusive no Curso de Formação Profissional (CFP).

Após analisar os documentos apresentados pela Comissão, Pedro Cavalcanti, concordou que de fato o pedido deveria ser acolhido pelo DPRF, pois, os editais que regeram o concurso garantem a nomeação e posse no cargo de Policial Rodoviário Federal, aos candidatos aprovados no CFP que tiveram seus nomes divulgados na relação de homologação final do certame.

1º Simpósio Brasileiro Contra a Impunidade discute a PEC 37

A Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF) participou do 1º Simpósio Brasileiro Contra a Impunidade, no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), no fim do mês de abril. Também participaram do evento a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) e a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). O evento registrou a presença de mais de 500 membros do Ministério Público (MP).

Pedro Cavalcanti, presidente da FenaPRF, afirmou que

"todos os policiais rodoviários federais estarão mobilizados contra a PEC 37" e ainda



acrescentou que se aprovada, representará um retrocesso para a segurança pública do País. "Estamos aqui, antes de mais nada, como cidadãos brasileiros. E iremos lutar para um país mais justo, e para que isso aconteça: somos

pela não aprovação da PEC 37", concluiu.

FenaPRF manifesta opinião durante audiência pública que discutiu a aposentadoria por atividade de risco de vida

A Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF) participou da audiência pública que discutiu o Projeto de Lei Complementar nº

554/2010 (PLP 554/10), na tarde desta terça-feira, 23, no anexo II da Câmara dos Deputados. O PL trata da aposentadoria para servidores públicos que exercem

atividades de risco de vida. O diretor parlamentar Renato Dias repre-

sentou a FenaPRF na Audiência, acompanhado dos diretores Deolindo Carniel, Marcelo Novaes e Itler Oliveira.

Renato Dias ressaltou que a possibilidade de aprovação do PLP 554/10 é uma ameaça à prosperidade das várias categorias envolvidas. Já Leonardo Rolim, secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, deixou claro em seu discurso que a batalha das entidades não será fácil, embora o governo também tenha interesse na aposentadoria por atividade de risco de vida.



Presidente da FenaPRF participa de reunião para debater o PL 4264/2012

Representantes da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF) se reuniram com o deputado Afonso Florence (PT-BA), para tratar do Projeto de Lei 4264/2012, que cria indenização para Policiais Federais, Policiais Rodoviários Federais e Auditores da Receita Federal em exercício em localidades fronteiriças.

O presidente da FenaPRF, Pedro Cavalcanti, compareceu à reunião acompanhado do diretor financeiro Deolindo Carniel.

Durante a reunião, o presidente Pedro Cavalcanti solicitou



ao deputado Afonso, relator do projeto, agilidade no processo de aprovação do PL 4264, para que possa seguir para a aprovação da Comissão de Justiça e Cidadania. Espera-se que as cinco sessões da Comissão de Finanças e Tributa-

ção para a aprovação do PL sejam finalizadas até a semana do dia 10/05. Tendo em vista que a aprovação do PL 4264 é de cunho conclusivo, uma vez aprovado pelas três comissões necessárias, o projeto irá direto ao Senado Federal.

Coordenadoria de Políticas Sociais esclarece sobre os reajustes nos planos de saúde

Os planos de saúde oferecidos pelo Programa FenaPRFSaúde da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF) passaram por reajustes. O percentual definido nas negociações ocorreram em razão do aumento na demanda de uso dos serviços por parte dos beneficiários dos planos, o que desencadeou um desequilíbrio.

Foram realizadas negociações com as operadoras, nas quais os percentuais foram definidos. Para que o desequilíbrio causado pelo aumento da demanda não aconteça novamente ficou decidido que será feito um acompanhamento do contrato a cada trimestre. Assim, a demanda será verificada constantemente e serão criadas estratégias de prevenção



de possíveis problemas. O equilíbrio do contrato é de interesse dos sindicalizados beneficiários, operadoras dos planos de saúde, Elo Administradora, e da própria FenaPRF.

A Coordenadoria de Políticas Sociais da FenaPRF e o Grupo Elo Saúde farão um calendário de

visitas a cada Sindicato estadual para apresentação e orientação dos planos que o FenaPRFSaúde disponibiliza através do Grupo Elo, bem como outros produtos que serão lançados para comercialização, como a Bradesco Seguradora e Unimed Seguradora.

SINPRF/PI e Grupo Elo Saúde se reúnem para discutir aumentos nos planos de saúde



No dia 17 de abril, o Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Estado do Piauí (SINPRF/PI) se reuniu com representantes do Grupo Elo de Saúde e com a Coordenadoria de Políticas Sociais da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF), para debaterem a respeito do aumento nos planos de saúde oferecidos pelo programa FenaPRFSaú-

de.

O encontro foi realizado em Teresina/PI e a intenção foi a de esclarecer como funcionam os planos de saúde, seus respectivos valores, e quais são os produtos e operadoras que integram o programa FenaPRFSaúde. Também foi explicado aos filiados, de acordo com seu núcleo familiar, qual o plano mais adequado para sua faixa salarial ou renda familiar.

Em breve, a Coordenadoria de Políticas Sociais estará divulgando no site da FenaPRF seu calendário de visitação, em conjunto com representantes do Grupo Elo Saúde, aos demais Sindicatos estaduais que representam a categoria

profissional dos policiais rodoviários federais em todo o país.

Um carta do Grupo Elo foi enviada para todos os Sindicatos informando a nova tabela de preços e que os planos de saúde são reajustados anualmente com o objetivo de manter o equilíbrio contratual e que para cálculo do percentual de aumento leva-se em conta o período de 12 meses consecutivos, considerando-se a variação do custo médico hospitalar, a inadimplência dos pagamentos dos beneficiários não consignados e a utilização médica para o período."Coordenadoria de Políticas Sociais esclarece sobre os reajustes nos planos de saúde"

PEC 339/2009 – Adicional Noturno



O trabalho realizado pela Federação em conjunto com os sindicatos, entre o dia 18 à 22 de março, na semana da AGO em Brasília na Câmara dos Deputados com o objetivo de colher nomes de parlamentares para

composição da comissão especial da PEC 339/2009, que trata do adicional noturno, de autoria do Deputado Federal Vicentinho (PT/SP), foi de grande importância para a causa.

Dos de-

putados e partidos que inseriram seus nomes, restam apenas seis assinaturas. Sendo quatro indicações do PT, e duas do PSOL. Para que a comissão seja instalada é necessário no mínimo a metade das assinaturas.

Vinte e dois titulares assinaram até então, além de outros suplentes.

O diretor parlamentar Orival Aguilar, ficou incumbido de informar e mostrar ao Deputado Vicentinho o resultado de todo o nosso trabalho, bem como cobrar a indicação do PT.

Em resultado a todo o trabalho positivo concluído nessa primeira etapa da PEC 339, a federação agradece e cumprimenta a todos os companheiros que tanto se dedicaram na missão que nos foi entregue. Essa vitória inicial é de todos nós, e serve como impulso para progredirmos com nossos trabalhos e objetivos.

FenaPRF reforça posição contra a “PEC da impunidade”



A PEC 37 vem gerando uma série de polêmicas e manifestações contrárias a sua aprovação desde que foi colocada em pauta, no ano de 2011. Também conhecida como “PEC da Impunidade”, a proposta pretende tirar o poder de investigação dos Mi-

nistérios Públco (MP), Estaduais e Federal, e deixar a tarefa apenas a cargo das polícias Federal e Civis, cabendo ao MP apenas o acompanhamento de cada caso.

A sua aprovação praticamente elimina investigações contra o crime organizado, des-

vio de verbas, corrupção, abusos cometidos por agentes do Estado e violações de direitos humanos. Já aprovada em comissão, a “PEC da Impunidade” poderá ser votada pela Câmara dos Deputados a qualquer momento, mesmo com as crescentes manifestações que se espalharam pelo País.

A Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF) é contrária à aprovação da PEC 37 e reforça sua posição alegando que esta proposta também irá prejudicar diversas ações legais que são realizadas pelas instituições policiais responsáveis pelo policiamento ostensivo em todo o Brasil, inclusive os realizados pela Polícia Rodoviária Federal que combate e reprime os mais variados crimes ao longo das rodovias e estradas federais.

FenaPRF forma comissão para promover a revisão estatutária



A Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF) está designando uma comissão que deverá elaborar a reforma estatutária da Federação. Considerando a necessidade de revisão do Estatuto da FenaPRF, o presidente Pedro Cavalcanti divulgou através de uma Portaria os membros que formarão a comissão. São eles:

- Jailton da Silva Tristão;
- Antônio Jorge Falcão Rios;
- Jesus Castro Caamano;
- Thiago Cardoso da Silva Arruda.

Até a conclusão dos trabalhos, a comissão deverá emitir relatórios mensais ao Conselho de Representantes e à Diretoria Executiva da FenaPRF. A comissão também está autorizada a estabelecer as condições da revisão estatutária e adotar todas as medidas necessárias para a realização do processo.

Jailton Tristão, diretor jurídico da FenaPRF, foi designado presidente da comissão e espera que os trabalhos estejam concluídos até novembro deste ano. "Ao

final do processo é importante que a reforma estatutária esteja consonante com o Código Civil brasileiro e com as demais leis. Também é fundamental que o novo estatuto seja uma ferramenta que dê maior dinamismo à FenaPRF na legítima busca do poder classista e no que é de interesse da categoria", afirmou.

Os policiais rodoviários federais que desejarem enviar sugestões para a comissão poderão fazê-lo através do e-mail comissao-reformaestatutaria@fenaprf.org.br

Mais em: www.fenaprf.com.br

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA DA FENAPRF

Presidência
Pedro da Silva Cavalcanti (PE)
Helio Cipriano Feitosa (PI)

Secretaria
Lourismar da Silva Duarte (CE)
Marcia Vieira de Oliveira (RN)

Financeiro
Deolindo Paulo Carmiel (RS)
Ricardo José de Souza Sá (PB)

Patrimônio
Marcelo Novais de Andrade (RJ)
Itler Jose de Oliveira (ES)

Jurídico
Jailton da Silva Tristão (MG)
Antonio Jorge Falcão Rios (BA)

Parlamentar
Tácio Melo da Silveira (AL)
Renato Antonio Borges Dias (GO)

Comunicação e Divulgação
Edilz Mariano de Brito (TO)
Fabiano Viana Santos (DF)

COORDENADORIAS

Relações do Trabalho
Marcos Khadur Rosa Pires

Políticas Sociais
Cesar Edineu Sousa Arruda

Relação dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas
Antônio Carlos Correa de Lima
Antônio Alves Pedrosa Neto

Políticas Desportivas
Dorvercino Borges Neto

CONSELHO FISCAL

Titulares
Marcos de Jesus Viana (SP)
Welinton Botão Martins (MA)
Valtomy Floriano Pereira (AL)

Suplentes
Paulo Fernando de Souza (RO)
Paulo Vinicius Barros de Assis (MT)
Tiago Arruda Cardoso da Silva (PE)

CONSELHO DE ÉTICA

Titulares
Lúcio Flávio Paula Lopes (SP)
Vladimir Benedito Struck (MS)
Deolindo José Nunes da Silva (PI)

Suplentes
Ronald Almeida Cruz (SE)
Ranier de Almeida (RJ)
José Maria Campos (PB)